



TEMA EM DISCUSSÃO: **TRABALHADORES das AUTARQUIAS**

julho.2017

Ao terminar o mandato autárquico de 2013-2017 dirigimo-nos a todos os trabalhadores da Câmara Municipal, dos SIMAS, das Juntas de Freguesia e das empresas municipais de Oeiras para:

- Recordarmos a muito difícil situação económica e social a que os trabalhadores da função pública estão sujeitos;
- Referirmos aspetos marcantes da nossa situação em Oeiras;
- Expressarmos o que nos propomos fazer no futuro.



A situação económica e social a que os trabalhadores da função pública estão sujeitos

No período de 2009 a 2015, com os Governos do PS e do PSD/CDS, os trabalhadores da função pública sofreram um fortíssimo ataque, tendo-lhes sido retirados direitos e acentuada uma profunda degradação das suas condições de vida.

Foi a excessiva burocratização do SIADAP; foi o congelamento da progressão nas carreiras e dos salários; foi o não pagamento de subsídios de Férias e de Natal em 2012 e a diminuição do abono de família; foi a redução drástica das horas extraordinárias e dos valores a serem pagos; foi o aumento da contribuição para a ADSE e as alterações de escalões de escalões e a sobretaxa do IRS; foi a redução do número total de trabalhadores das Câmaras em 2% ao ano; foi o aumento das situações de precariedade; foi o recurso sistemático ao trabalho encomendado a empresas privadas; foi a redução de 4 feriados e dos dias de férias anuais; foi o aumento da idade da reforma, etc, etc,.

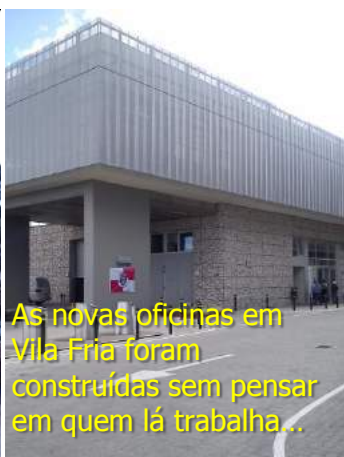
No atual quadro político, com a derrota do PSD/CDS e com as condições concretas mais favoráveis à democracia e aos trabalhadores, têm-se dado passos positivos, mas ainda insuficientes, para resolver as muitas questões que aguardam solução.

Alguns aspetos marcantes da nossa situação em Oeiras

O Município será a maior entidade empregadora do Concelho. O seu efetivo ronda os 3000 trabalhadores, em que cerca de 60% dos quais estão com salários próximos do Salário Mínimo Nacional e 75% do total dos trabalhadores leva para casa, ao fim do mês, menos do que 900 euros...



O Parque dos Poetas sem instalações para os trabalhadores que ali prestam funções



As novas oficinas em Vila Fria foram construídas sem pensar em quem lá trabalha...



As políticas de pessoal e de subcontratação tem vindo a degradar o espaço público ...

Em contratos externos com empresas privadas – para a manutenção das zonas verdes pagaram-se a diversas empresas, em 2016, mais de 3,120 milhões de euros e a limpeza e a segurança de muitas instalações do Município, dos SIMAS e das empresas municipais, têm também sido adjudicadas a empresas exteriores.

Com a CDU, iremos MARCAR A DIFERENÇA

A fim de serem repostos os direitos que foram retirados aos trabalhadores do Município, o vereador da CDU propôs, na reunião de 12 de Julho último, que seja rapidamente assinado o novo Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública (ACEEP) com o STAL, que permitirá, a recuperação dos três dias de férias retirados pelo anterior Governo bem como os feriados do Carnaval e do dia do aniversário do trabalhador. Nas câmaras CDU, da Área Metropolitana de Lisboa, estes acordos já foram assinados.

Se fazes falta todos os dias, por que razão o teu contrato é precário?

A UM POSTO DE TRABALHO PERMANENTE
UM CONTRATO EFECTIVO DE TRABALHO.

 **DIREITOS
FUTURO**

NÃO A PRECARIEMOS

POPPT

Precarização do trabalho – com as restrições legais à admissão de pessoal, também a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia utilizaram, desde 2010, os chamados “Contratos de Emprego inserção” para desempregados e os “Contratos de Emprego Inserção +” para quem tinha o Rendimento Social de Inserção, em colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), **sempre com o voto contra da CDU.**

Os trabalhadores colocados nestes programas têm um prazo de tempo limitado para exercerem funções e estão em condições extremas de precariedade, embora estejam normalmente a ocupar necessidades permanentes de serviço.

Com **TRABALHO, HONESTIDADE e COMPETÊNCIA**, com o conhecimento concreto da situação que vivemos em Oeiras e com a permanente disposição para ouvir, incentivar e lutar ao lado dos trabalhadores, a CDU propõe-se a defender:

- a exigência do cumprimento de todas as obrigações legais do Município para com todos os seus trabalhadores;
- a eliminação de todas as situações de trabalho precário;
- o horário semanal de 35 horas para todos os trabalhadores da Câmara Municipal, dos SIMAS, das Juntas de Freguesia e das empresas municipais;
- a manutenção de serviços centrais da Câmara no Centro Histórico de Oeiras, com análise de todos os espaços disponíveis para se conseguir melhoria das condições de trabalho, de segurança e de conforto em todas as instalações;
- a melhoria das condições de acesso e de trabalho nas novas instalações da CMO em Vila Fria;
- a rápida conclusão das novas instalações para as oficinas e para os serviços técnicos dos SIMAS, em Leceia, garantindo-se, em devido tempo, as condições de acesso dos trabalhadores às mesmas;
- a aquisição, em termo útil, dos fardamentos e dos equipamentos de proteção individual e a sua distribuição regular pelos trabalhadores;
- a formação permanente dos trabalhadores nas diversas especialidades da sua atividade e nos cuidados indispensáveis à redução dos acidentes de trabalho;
- a promoção de uma cultura de prevenção e a melhoria dos serviços de Higiene e Segurança no Trabalho;
- a defesa e a valorização dos serviços públicos;
- o permanente incentivo e fomento da participação dos trabalhadores na vida do Município.

Apenas com a reivindicação permanente e a luta concreta dos trabalhadores, será possível garantir a dignidade do trabalho e devolver aos trabalhadores muito do que lhes foi retirado.

A CDU tem como parte essencial do seu projeto político a defesa do Poder Local Democrático e a salvaguarda e a melhoria dos serviços Públicos.

Com total disponibilidade para apreciarmos convosco todas as ideias e as propostas que possam melhorar as condições de trabalho e o serviço que prestamos às populações, continuamos, como sempre, na luta por um futuro melhor.

